

POLITÉCNICO DE LISBOA
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

Conselho de Representantes

Reunião Plenária

Ata n.º 4

Aos seis dias do mês de dezembro de 2023, pelas quinze horas, na Sala de Atos da Escola Superior de Educação de Lisboa, reuniu o Conselho de Representantes com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações

2. Apreciação dos documentos Plano Anual de Atividades da ESELx 2023 e respetivo orçamento, e Plano de Desenvolvimento Plurianual Eselx 2023-2025.

Estiveram presentes os/as conselheiros/as constantes na lista anexa (Anexo 1).

1. Informações

O presidente deu informação sobre o processo eleitoral relativo aos representantes dos estudantes, concluído no passado dia 13 de novembro, em que a única lista apresentada foi eleita. O presidente deu as boas-vindas aos estudantes eleitos, cumprimentando-os.

Seguiu-se informação sobre o envio da Presidência da ESELx, a 9 de novembro, de uma mensagem sobre a necessidade de homologação do regulamento do Conselho de Representantes, para publicação em Diário da República, pedido esse que fora endereçado à Escola pelo presidente do IPL. O presidente do Conselho de Representantes respondeu que, tendo em conta de que existe um processo de revisão dos Estatutos da ESELx e que o regulamento do Conselho de Representantes deriva daquele documento, considerou-se mais adequado aguardar pela versão final dos Estatutos, de modo a perceber se o regulamento será alvo de alterações, cuja versão final será enviada para seguir os trâmites de homologação pelo IPL.

Relativamente ao processo de criação de uma Comissão de Ética da ESELx, o CTC, na sequência da reunião plenária de 26 de abril de 2023, solicitou ao Conselho de Representantes que reunisse com a presidência da ESELx, de modo que este órgão apresentasse uma proposta de articulado relativo à criação da citada Comissão, a constar, posteriormente, nos Estatutos. No entanto, da reunião, que ocorreu entre o Presidente do

Conselho de Representantes e a presidência da ESELx, a 8 de novembro, saiu uma decisão da presidência de criar um grupo de trabalho para elaboração de um Regulamento de Ética.

Após esta informação dada, alguns conselheiros chamaram a atenção para o facto de que o pedido do CTC não tinha sido neste sentido, o que levou o presidente do Conselho de Representantes a assumir a falha na comunicação com a presidência da ESELx. Mais disse que, na reunião que iria ter com a presidência da ESELx, no dia 12 de dezembro, no âmbito do processo de auscultação para a revisão dos Estatutos, iria esclarecer esta situação, reiterando, a colaboração da presidência para a elaboração da proposta de um articulado que venha a contemplar uma comissão de ética nos Estatutos.

Por fim, o presidente deu informação sobre o processo de revisão dos Estatutos da ESELx em curso, assinalando a necessidade de no próximo ano se realizem várias reuniões deste conselho, cuja calendarização procurará não coincidir com as reuniões ordinárias dos outros órgãos.

O conselheiro Jaden Gomes informou que no processo eleitoral do corpo dos estudantes para o Conselho Geral do IPL, foram levantadas dúvidas quanto ao tempo de mandato dos eleitos. Por isso, foi pedido esclarecimento ao ministério que enviou parecer que contraria a prática que tem sido seguida no IPL. Pelo que considera que será necessário conhecer o parecer, para que se tome decisão sobre essa matéria na ESELx, em consonância com as restantes UO e IPL.

2. Apreciação dos documentos Plano Anual de Atividades da ESELx 2023 e respetivo orçamento, e Plano de Desenvolvimento Plurianual ESELx 2023-2025.

O Presidente projetou os documentos para serem apreciados pelos conselheiros, iniciando-se pelo Plano de Desenvolvimento Plurianual ESELx 2023-2025.

Margarida Rodrigues elogiou a estrutura dos dois documentos, considerando-a muito adequada. Interrogou sobre a razão deste conselho, tendo havido a entrega do Plano Plurianual que diz respeito a 2023-2025, ter recebido apenas o Plano Anual de Atividades da ESELx 2023, considerando que seria expectável receber para apreciação também o documento referente ao ano de 2024, tendo em conta o calendário. A conselheira apreciou a estrutura sugerindo que os objetivos operacionais fossem mais concretizados. Considerou ainda ausente um objetivo operacional relativo à criação de uma estrutura de regulação da formação contínua.

Miguel Falcão manifestou o seu desagrado enquanto conselheiro por estar a apreciar e votar documentos que deveriam ter sido enviados com antecedência, considerando que configura uma ilegalidade estatutária, o que contribui para a disfuncionalidade da administração pública. Trata-se, assim, de se estar a aprovar um plano de atividades e um

orçamento já executados. Considerou ainda que, globalmente, os planos apresentados não assumem compromissos, limitando-se a apresentar, com algumas exceções, o que estatutariamente se encontra definido nas competências da presidência da ESELx.

Jaden Gomes assinalou a importância de serem garantidas as condições de funcionamento, nomeadamente no que se prende com o acesso à internet na ESELx e, ainda, o apoio académico, sugerindo a criação de um gabinete de apoio aos estudantes, com apoio do SAS+ e estudantes com mais anos de frequência na ESELx. Igualmente, apontou para a importância da criação de oportunidades para o incremento da participação ativa dos estudantes, com o desenvolvimento de mecanismos de valorização daquela comunidade.

Laurence Vohlgemuth assinalou a necessidade de maior explanação das propostas, nos dois planos, considerando que apresentam intencionalidades e objetivos, mas sem que sejam mencionadas ações concretas, devendo ser mais explícitos em todos os planos.

Leonor Barreiros manifestou preocupação com a garantia de condições para a inclusão dos estudantes com necessidades específicas, sugerindo que haja um compromisso para com a divulgação de informação sobre este assunto.

Bianor Valente, reconhecendo as dificuldades subjacentes à elaboração dos dois documentos, considera que são efetivamente necessários, mas que não é clara a visão estratégica definida, por ser um texto aproximado do que são definidas como as competências do órgão de governo em questão. A conselheira apontou para o que considera ser um problema que tem a ver com cultura de escola, à qual não é alheio o conselho de representantes, refletindo sobre o não atendimento a pedidos anteriormente feitos, como por exemplo aqueles relacionados com os orçamentos. Bianor Valente assinalou ainda a necessidade de se analisar o Plano Anual de Atividades da ESELx 2024, recordando que o orçamento é elaborado em agosto e enviado para o IPL, podendo por isso ser dado a conhecer ao Conselho de Representantes, ficando inibido por isso, este órgão do cumprimento da sua competência fiscalizadora.

Tiago Almeida argumentou sobre a necessidade de, no Plano Plurianual, serem mais bem explicitadas as medidas de execução, de forma mais tangível, para que desse modo se possa compreender a visão estratégica definida para a instituição. Dá exemplos: no Ponto 1.2, é indicada a intencionalidade de melhorar o funcionamento da escola, mantendo o equilíbrio financeiro. Mas não é explicitado o que se entende por equilíbrio financeiro, sem que se perca de vista a dimensão pública de uma Instituição de Ensino Superior como a nossa; no Ponto 2.1, não fica explícita a intencionalidade, considerando o conselheiro que a proposta pode ser lida como estratégia tanto de encolhimento, como de alargamento.

Rafael Carreira sugere que haja maior incentivo à promoção do programa *Erasmus* junto dos estudantes, assim como um apoio da instituição para ações de estudantes, de modo a

contribuir para uma maior ligação com a comunidade, podendo este ter um incentivo financeiro ou não.

Teresa Pereira acentuou o carácter genérico do documento relativo ao Plano Plurianual. Assinalou que, na dimensão artística, nomeadamente a da criação artística, não é concretizado no plano o conjunto das ações que se referem às estruturas, equipamentos, tecnologias, que, recordou, rapidamente se tornam obsoletas e têm um enorme desgaste. Considerou, por isso, necessário que o documento fosse mais esclarecedor, nomeadamente no que se prende com a visão e perspetivas relativas à criação e disseminação da produção artística, que também implica recursos, espaços de exposição e recursos humanos de apoio nesta área. A conselheira indagou ainda sobre a oferta formativa, nomeadamente no que se prende com a formação de professores de Educação Visual e Tecnológica pois, ainda que não tenha tido candidaturas, requer que se planifique a sua entrada futura em funcionamento.

Miguel Falcão sublinhou o ano atípico que se está a viver, reconhecendo as claras dificuldades em que os documentos foram produzidos, mas considera que deve ser prioritária a elaboração dos Planos de Atividades, para que sejam sustentadas as decisões, nomeadamente em matéria de oferta formativa. Em seguida, enunciou uma série de questões e de sugestões, referentes a várias secções do Plano Anual de Atividades e ao Orçamento, as quais, como expressou, gostaria de ter visto esclarecidas pela própria presidência da ESELx e pela diretora de serviços naquela reunião.

Bianor Valente recordou que há mais cursos de mestrado para além do referido por Teresa Pereira, defendendo por isso a necessidade de uma política de oferta formativa, para que sejam definidas as prioridades, dando o exemplo do mestrado de Educação Especial.

Tiago Almeida sublinhou, igualmente, a necessidade de uma política de oferta formativa de escola que considere os mestrados profissionalizantes e os académicos, numa visão institucional.

Os demais conselheiros apresentaram sugestões de ações diversas, para os vários pontos dos documentos, tendo sido decidido que a mesa do conselho reunisse essa informação e a endereçasse à Presidência da ESELx.

Terminada a apreciação, passou-se à votação, tendo sido aprovado o Plano Desenvolvimento Plurianual 2023-2025 com 3 abstenções e 11 votos a favor. Seguindo-se o Plano Anual de Atividades da ESELx 2023, este foi aprovado com 8 abstenções e 6 votos a favor.

Bianor Valente propôs que na apresentação dos próximos documentos elaborados pela presidência, se pudesse contar com a presença da presidência, para uma discussão mais aberta e esclarecedora. A conselheira acrescentou ainda a necessidade de serem pedidos à Presidência esclarecimentos e respostas sobre a execução do PRR, considerando que

neste momento já há conhecimento para haja essa explicação, anteriormente solicitada. Quer a sugestão, quer o pedido de esclarecimentos sobre a oferta formativa PRR foram apoiados por todos os conselheiros.

Laurence Vohlgemuth reforçou que é indicada para a monitorização da implementação dos planos aprovados, a seis meses da sua aprovação.

No final, foi lido e aprovado por unanimidade, com 14 votos, o memorando da reunião.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada esta ata que será assinada pelo Presidente e por mim, que a secretariei.

Escola Superior de Educação de Lisboa

6 de dezembro de 2023

O Presidente do Conselho de Representantes,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Nuno Ferreira".

A secretária,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Joana".